

TECENDO SABERES NA MALOCA DIGITAL: TECNOLOGIAS DIGITAIS E PROJETOS PEDAGÓGICOS NA PRÁTICA EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

WEAVING KNOWLEDGE IN THE DIGITAL MALOCA: DIGITAL TECHNOLOGIES AND PEDAGOGICAL PROJECTS IN THE EDUCATIONAL PRACTICE OF INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION

TEJIENDO SABERES EN LA MALOCA DIGITAL: TECNOLOGÍAS DIGITALES Y PROYECTOS PEDAGÓGICOS EN LA PRÁCTICA EDUCATIVA DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA

Alan Cordeiro Fagundes

Mestre em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: professoralnfagundes@gmail.com

Lorena Andrade Costa

Mestre em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: logeografia@gmail.com

Giselle Calil Avelar

Mestranda em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil.

E-mail: gcalil.consultora@gmail.com

Rômulo Oliveira Chaves

Mestre em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

E-mail: romulochaves3217@gmail.com

Resumo

Este estudo buscou investigar de que maneira a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em projetos pedagógicos específicos pode aprimorar a prática educativa nas escolas indígenas, respeitando e promovendo seus fundamentos interculturais, bilinguistas e de fortalecimento comunitário através de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada em revisão sistemática da literatura acadêmica (artigos, teses, dissertações) sobre EEI e TDICs nos últimos 5 anos. Avaliação e análise documental de relatórios de experiências pedagógicas publicados por organizações indígenas (como COIAB) e pelo Ministério da Educação, juntamente com a sistematização de casos emblemáticos divulgados em canais de mídia indígena. Em suma, este trabalho contribuiu para o campo da Educação Escolar Indígena ao mapear e sintetizar a produção acadêmica disponível. No processo, uma das principais constatações foi a escassa quantidade de pesquisas dedicadas ao tema, o que, por si só, revela a urgência e a relevância de novos estudos nessa área. Outro ponto que identificamos foi de que as tecnologias digitais, não substituem os saberes tradicionais, os rituais ou a oralidade. Elas podem ser manejadas com cuidado ético e criatividade pedagógica, funcionar como novas ferramentas de registro, amplificação e diálogo.

Palavras-chave: Projetos Pedagógicos; Educação Escolar Indígena; Tecnologias Digitais.

Resumen

Este estudio buscó investigar cómo la integración de las Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación (TDIC) en proyectos pedagógicos específicos puede mejorar la práctica educativa en las escuelas indígenas, respetando y promoviendo sus fundamentos interculturales, bilingües y de fortalecimiento comunitario a través de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio y analítico, basada en una revisión sistemática de la literatura académica (artículos, tesis, disertaciones) sobre EEI y TDIC en los últimos 5 años. Evaluación y análisis documental de informes de experiencias pedagógicas publicados por organizaciones indígenas (como COIAB) y por el Ministerio de Educación, junto con la sistematización de casos emblemáticos difundidos en canales de medios indígenas. En resumen, este trabajo contribuyó al campo de la Educación Escolar Indígena al mapear y sintetizar la producción académica disponible. En el proceso, una de las principales conclusiones fue la escasa cantidad de investigaciones dedicadas al tema, lo que, por sí solo, revela la urgencia y la relevancia de nuevos estudios en esta área. Otro punto que identificamos fue que las tecnologías digitales no sustituyen los conocimientos tradicionales, los rituales o la oralidad. Si se manejan con cuidado ético y creatividad pedagógica, pueden funcionar como nuevas herramientas de registro, amplificación y diálogo.

Palabras clave: Proyectos pedagógicos; Educación escolar indígena; Tecnologías digitales.

Abstract

This study sought to investigate how the integration of Digital Information and Communication Technologies (DICTs) into specific educational projects can improve educational practices in indigenous schools, respecting and promoting their intercultural, bilingual, and community-building foundations through qualitative, exploratory, and analytical research based on a systematic review of academic literature (articles, theses, dissertations) on EEI and TDICs over the last 5 years. Evaluation and documentary analysis of reports on pedagogical experiences published by indigenous organizations (such as COIAB) and by the Ministry of Education, together with the systematization of emblematic cases reported in indigenous media channels. In short, this work contributed to the field of Indigenous School Education by mapping and synthesizing the available academic production. In the process, one of the main findings was the scarce amount of research dedicated to the topic, which in itself reveals the urgency and relevance of new studies in this area. Another point we identified was that digital

technologies do not replace traditional knowledge, rituals, or oral traditions. They can be handled with ethical care and pedagogical creativity, functioning as new tools for recording, amplification, and dialogue.

Keywords: Pedagogical Projects; Indigenous School Education; Digital Technologies.

INTRODUÇÃO

Compreender a dimensão real da expressão “Maloca” é um desafio inicial na perspectiva do nosso estudo, pois no nosso dia a dia essa expressão nos leva as vezes a pensar no adjetivo “Maloqueiro”, ou seja, aquele sujeito sem educação; grosseiro ou malcriado, aquele que anda aos trapos. Nesse sentido inverter essa alusão que o homem da cidade tem sobre a Maloca e o Maloqueiro, se faz necessário para avançamos nessa trajetória de uma pesquisa bibliográfica, tão importante e tão

linda, que demonstra a importância de compreendermos a existência dos povos originários nessa terra e sua importância para que possamos permanecer existindo. Entender os desafios da prática educativa nas escolas indígenas e a importância de tecer saberes na “maloca digital” se torna a nossa contribuição presente em tempos tão nebulosos para a sociedade. Pois “a escola indígena que se quer é aquela que seja capaz de preparar os alunos indígenas para os desafios que o contato com a sociedade envolvente impõe sem, no entanto, desrespeitar suas crenças e práticas culturais” (Maher, 2006, p. 28).

A educação escolar indígena, amparada por um marco legal específico (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996), tem como princípios a especificidade, a interculturalidade, o bilinguismo/multilinguismo e a territorialidade. Já Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) é um documento orientador para a construção do Projeto Político Pedagógico de cada escola indígena, o qual deve considerar a especificidade étnica e a organização social peculiar de cada comunidade. Ao assegurar um ensino diferenciado, bilíngue e intercultural, o RCNEI tem como finalidade primordial a preservação da cultura própria de cada grupo, articulando-a com os conhecimentos científicos e tecnológicos definidos pelas disciplinas escolares (Brasil, 1998).

Seu objetivo transcende a mera transmissão de conhecimentos universais, visando também ao fortalecimento das identidades, línguas, culturas e projetos de futuro de cada povo. Paralelamente, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) tornaram-se centrais nos debates educacionais contemporâneos, sendo frequentemente associadas a potencialidades de inovação pedagógica, acesso à informação e conexão com o mundo.

No entanto, observa-se um descompasso significativo entre o discurso sobre a importância das TDIC's na educação e a produção científica que investigue seu uso, impactos, desafios e possibilidades no contexto específico das escolas indígenas. Esta lacuna não é meramente quantitativa, mas qualitativa e epistemológica. A inserção dessas tecnologias no contexto indígena, no entanto, não é neutra. Ela pode reproduzir lógicas coloniais de homogeneização ou, alternativamente, ser apropriada

de forma crítica e criativa como instrumento de autonomia. Com intuito de atender ao RCNEI e proporcionar uma educação de qualidade comunitária, diferenciada, intercultural e bilíngue, atualmente muitas experiências de formação de docentes indígenas em nível de licenciatura estão em curso e promovem a escolarização básica e a formação específica de professores indígenas (Urquiza, 2011). Segundo Meireles (2020), a educação escolar indígena de qualidade pode preparar líderes indígenas capazes de representar os interesses da comunidade dentro da sociedade brasileira, buscando fortalecer o grupo e dando condições de existência digna para que não fiquem à margem da sociedade, mas que sejam vistos e aceitos.

Nossa pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada em revisão sistemática da literatura acadêmica (artigos, teses, dissertações) sobre EEI e TDICs nos últimos 5(Cinco) anos. Foram analisados os relatórios de experiências pedagógicas publicados por organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Ministério da Educação juntamente com a sistematização de casos emblemáticos divulgados em canais de mídia indígena.

De acordo com Matheus (2009, p. 544) afirma que “a metassíntese qualitativa é a integração interpretativa de achados qualitativos”; o procedimento possibilita o surgimento de novas interpretações, não necessariamente explícitas, nos dados qualitativos dos estudos primários.

Este artigo investiga como as TDICs, articuladas a projetos pedagógicos intencionais e culturalmente situados, podem contribuir para os objetivos sociais e epistemológicos da EEI. A pergunta central que guia a nossa reflexão é: de que maneira a integração de tecnologias digitais em projetos pedagógicos específicos pode aprimorar a prática educativa nas escolas indígenas, respeitando e promovendo a sua cultura e a sua maneira de existir?

A EDUCAÇÃO INDÍGENA E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: A MALOCA DIGITAL

A educação escolar indígena, ao longo de sua história no Brasil, tem sido palco de tensões e negociações entre projetos assimilacionistas e lutas por autonomia e especificidade. Sua constituição como um campo de direito diferenciado, garantido

pela Constituição Federal de 1988 e por legislação subsequente, firmou-se no princípio de uma escola comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue e específica. Juntamente com a Política Nacional dos Territórios Etnoeducacionais está pautada pelos seguintes princípios: I - reconhecimento e respeito à diversidade étnico-cultural, às especificidades culturais, às formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas; II - participação das comunidades indígenas na gestão e monitoramento da Educação Escolar Indígena, conforme art. 27, incisos I e II, da Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais; e III - direito à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Uma pedagogia que valorize os saberes, as línguas, as narrativas e as cosmovisões dos povos originários, articulando-os com os conhecimentos não-indígenas de forma crítica e seletiva. Hillesheim e Bernardes (2014) afirmam que as comunidades indígenas circulam em outros espaços além dos já delimitados, não só para vender artesanato, mas também para mão de obra doméstica. Assim, a relação com o território é constituída pelo tempo gasto com o trabalho e pela sobrevivência necessária.

Neste cenário complexo e dinâmico, a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) emerge como uma nova fronteira de possibilidades e desafios para os Territórios Etnoeducacionais. Propondo o conceito de “Maloca Digital” como uma metáfora e um horizonte para pensar a integração das

TDICs na prática educativa escolar indígena, baseado em princípios como a Coiab defende, que qualquer decisão, projeto ou política pública relacionada à Educação Escolar Indígena respeite e garanta o direito à consulta prévia, conforme determina a Convenção 169 da OIT e outros dispositivos legais nacionais e internacionais por parte das comunidades indígenas. É inadmissível que decisões sejam tomadas sem a devida participação da totalidade dos povos, violando os direitos e desconsiderando as necessidades e especificidades culturais.

A Maloca Digital não é um mero laboratório de informática, mas uma ideia, uma concepção de um espaço simbólico e tecnológico reconstruído, onde os instrumentos digitais podem ser apropriados para servir aos projetos político-pedagógicos das comunidades Indígenas, tecendo os fios dos saberes tradicionais com os fios do mundo digital.

Nesse contexto é muito importante compreender que a educação escolar indígena se diferencia radicalmente de um modelo educacional universalizante. Sua base assenta-se em pilares que são totalmente interdependentes como:

- Interculturalidade: Não se trata de uma justaposição de culturas, mas de um diálogo crítico e assimétrico, que reconhece conflitos e promove a valorização dos saberes indígenas frente à hegemonia do conhecimento ocidental.
- Bilinguismo/Multilinguismo: A língua materna é vista como veículo de pensamento, identidade e transmissão cultural. A educação bilíngue tem como objetivo o fortalecimento da língua indígena e o domínio instrumental da língua portuguesa, sem que esta substitua aquela.
- Especificidade: Cada povo, com sua cosmologia, organização social e relação com o território, define os fins e os métodos de sua escola. O projeto político-pedagógico é, portanto, comunitário e singular.
- Controle Social: A gestão da escola, a formação de professores indígenas e a construção curricular são processos que devem estar sob a responsabilidade das comunidades, com o apoio do Estado.

Nessa perspectiva vários são os desafios, desde a precariedade de infraestrutura e a descontinuidade de políticas públicas até a formação docente e a pressão constante de modelos educacionais exógenos. É neste contexto que as tecnologias digitais chegam, carregadas tanto de promessas de conexão e ferramentas de resistência quanto de riscos de aculturação digital e ampliação de

desigualdades. Pinto (2018) aponta os impactos das tecnologias nas comunidades indígenas. Essas tecnologias podem representar uma influência negativa ao trazerem muitos valores distantes das culturas desses povos; por outro lado, elas podem ser um instrumento a seu favor, criando conteúdos e divulgando-os para o mundo, ou seja, uma forma de valorização cultural.

A penetração das TDICs (smartphones, computadores, internet) nas terras indígenas é um fenômeno crescente e irreversível, mediado por políticas de inclusão digital, iniciativas próprias ou simples dinâmica do mercado, ou iniciativas governamentais. A princípio, seu surgimento pode ser visto com ambiguidade: de um lado, como uma nova forma de invasão, um "cavalo de Troia" que ameaça diluir identidades e distrair os jovens dos saberes tradicionais; de outro, como poderosas ferramentas de documentação, valorização e disseminação cultural.

A visão crítica é essencial para evitar uma perspectiva ingênua de "tecnologia salvadora". No entanto, uma postura de rejeição pura também se mostra infrutífera. O caminho, como apontam pesquisadores e lideranças indígenas, passa pela agência e pela apropriação criativa. Trata-se de descolonizar as tecnologias, subvertendo seus usos previstos para colocá-las a serviço das necessidades e suas agendas locais. Feitosa (2017) afirma que as comunidades indígenas percebem nas tecnologias uma oportunidade de integração à sociedade nacional e global, reafirmando seus costumes, danças, artesanatos, cânticos, ciência e processos próprios de aprendizagem. O celular deixa de ser apenas um instrumento de consumo de conteúdo globais para se tornar uma estação de rádio comunitária, uma câmera para registrar o modo de fazer um artesanato, um gravador para arquivar a fala dos mais velhos.

Perante a esse cenário uma proposição baseada nas nossas análises bibliográficas, é a criação da Maloca Digital, que é uma proposta conceitual que nasce dessa necessidade de ampliar o acesso das comunidades indígenas, produção de materiais didáticos específicos em sua língua com o objetivo de preservação cultural e luta pelo direito à identidade de seu povo; criação de blogs de cada etnia e utilização dessa ferramenta para integração entre as aldeias; divulgação e registro de eventos e reuniões; difusão de conteúdo que permitiu diminuir as distâncias e facilitar a comunicação entre as etnias; apropriação da internet para concretização de uma

ponte intercultural com o movimento indígena nacional, com acesso a portais, comunidades, blogs e sites de organizações voltados para conscientização dos direitos indígenas e denúncia contra preconceitos e discriminações contra essa população (ex: portal índios on-line www.indiosonline.org.br e Ação dos Jovens Indígenas-AJI(www.ajindo.blogspot.com).A ideia conceitual da maloca, como espaço físico tradicional de convivência, aprendizagem, rituais e tomada de decisões, serve de analogia para pensar o uso e aplicação das TDICs nos Territórios Etnoeducacionais.

- Espaço Coletivo: Assim como a maloca física, a Maloca Digital é um espaço comunitário, de construção coletiva. O acesso e a gestão dos equipamentos e das produções digitais devem ser discutidos e decididos pela comunidade.

- Espaço de Proteção e Produção: A maloca protege e abriga. A Maloca Digital deve ser um ambiente protegido para a produção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis (gravações de rituais, mapas mentais do território, léxicos linguísticos), respeitando os protocolos de cada povo sobre o que pode ou não ser compartilhado.
- Espaço de Diálogo Intergeracional: Nela, os anciãos (detentores dos saberes tradicionais) e os jovens (geralmente mais hábeis com as ferramentas digitais) podem encontrar um terreno comum de colaboração. O jovem opera a câmera enquanto o ancião narra a história; juntos, criam um arquivo vivo, que pode ser compartilhado por todo o universo digital.
- Espaço de Interconexão: A maloca é o centro da aldeia. A Maloca Digital conecta a aldeia a outras aldeias, a redes de apoio, a universidades, a órgãos públicos, permitindo articulação política, troca de experiências e visibilidade controlada das lutas e busca de financiamento de projetos para a preservação da natureza.

A integração das TDICs à prática pedagógica na Educação Escola Indígena - EEI deve transcender o ensino de informática básica. Ela se efetiva por meio de projetos pedagógicos significativos, que partam dos interesses e necessidades da comunidade e utilizem as tecnologias como meios, e não como fins.

Alguns eixos são ilustrativos que podem servir de apoio a Maloca Digital:

- Documentação Cultural e Linguística: Criação de arquivos digitais de narrativas míticas, cantos, receitas tradicionais, glossários bilíngues, usando áudio, vídeo e texto.
- Cartografia Social e Defesa Territorial: Uso de GPS e softwares de mapas para registrar pontos sagrados, áreas de caça, roças, fontes de água, produzindo mapas próprios que contestam cartografias oficiais e servem como instrumento de luta.
- Produção Midiática Autônoma: Criação de blogs, canais em redes sociais, programas de rádio *web* para comunicar à sociedade nacional e internacional a visão de mundo indígena, suas demandas e suas produções culturais, rompendo com a mediação das grandes mídias.
- Arte e Expressão Digital: Utilização de softwares de edição para criar animações que reconto mitos, design gráfico para valorizar padrões artísticos tradicionais em novos suportes, ou composição musical que misture instrumentos tradicionais com sons digitais.

- Gestão e Fortalecimento institucional: Uso de planilhas e editores de texto para a gestão escolar, elaboração de projetos, comunicação com secretarias de educação, sempre considerando a necessidade de adaptação às realidades locais (ex.: energia intermitente).

A Maloca Digital não é uma realidade acabada, um caminho a ser trilhado com cautela, criticidade e criatividade. Ela apresenta a possibilidade das comunidades indígenas não serem meras consumidoras passivas da revolução digital, mas suas protagonistas e reconstrutoras. A educação escolar indígena, ao incorporar as TDICs a partir de seus princípios fundantes – interculturalidade, especificidade, bilinguismo e controle social –, pode potencializar sua missão de formar sujeitos que saibam navegar com segurança e soberania tanto na floresta quanto no mundo digital.

O desafio é formar professores indígenas para serem tecidos da Maloca Digital, mediadores que saibam operar as ferramentas, mas, sobretudo, que tenham a sabedoria e o discernimento para orientar seu uso de modo a fortalecer, e não fragilizar, os saberes e a vida nas comunidades indígenas. Nesse processo, as tecnologias deixam de ser estranhas à cultura para se tornarem, ela própria, novas expressões da resistência e da resiliência indígena no século XXI, tecendo, com fios ancestrais e digitais, um futuro próprio.

ANÁLISE DAS TECITURAS POSSÍVEIS ENTRE O DIGITAL E O TRADICIONAL NA MALOCA DIGITAL

A análise dos dados bibliográficos demonstrou que a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na Educação Escolar Indígena atinge maior potencial transformador e coerência epistemológica quando não se trata de uma mera inserção instrumental de ferramentas, mas sim de sua incorporação orgânica a projetos pedagógicos estruturantes nas comunidades. Estes projetos, concebidos a partir de demandas e cosmovisões comunitárias, funcionam como eixos catalisadores, tecendo fios digitais ao tecido tradicional.

Identificamos três eixos principais de atuação, que ilustram o conceito de Maloca Digital como um espaço simbólico de construção coletiva de conhecimento. Projetos de Fortalecimento Linguístico e Narrativo, onde as TDICs assumem um papel fundamental de documentação, revitalização e valorização das línguas indígenas. A tecnologia é mobilizada para servir à tradição oral, com o uso de aplicativos de gravação de áudio e vídeo para criar arquivos digitais das narrativas dos mais velhos. A criação de dicionários multimídia, podcasts com histórias e cantos, e a produção de vídeos curtos para redes sociais que explicam palavras ou conceitos na língua materna, transcendem a função de arquivo. Tornam-se instrumentos dinâmicos de comunicação intergeracional, combatendo estigmas e fomentando ativamente o orgulho linguístico entre os jovens, em um movimento que alia preservação da memória à inovação na difusão. Outra possibilidade são os Projetos de Mapeamento e Defesa Territorial, onde as tecnologias digitais se convertem em ferramentas de autonomia, vigilância e reivindicação política. O uso pedagógico de GPS e softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) por alunos e professores permite mapear, com precisão técnica e significado cultural, o território vivido: locais sagrados, roças, áreas de caça e, criticamente, pontos de invasão e degradação. Estes mapas, tanto mentais quanto técnicos, gerados pela própria comunidade escolar, subsidiam a luta pela terra com dados georreferenciados. Paralelamente, os *smartphones* transformam-se em canetas da contemporaneidade, usados para produzir vídeos-denúncia que documentam violações de direitos, os quais são compartilhados em redes de *advocacy*, conferindo visibilidade e concretude científica e testemunhal às causas indígenas.

E por fim os Projetos de Memória e Produção de Conteúdo Intercultural: Este eixo evidencia uma mudança de paradigma: de consumidores passivos a produtores ativos na esfera digital. A criação e administração comunitária de blogs, canais no YouTube e perfis em redes sociais permitem que as escolas e coletivos de jovens indígenas controlem sua própria representação midiática, divulgando sua cultura, música, arte e visão de mundo para um público amplo. Mais do isso, o desenvolvimento de jogos eletrônicos e animações baseados em mitologias indígenas representa uma apropriação criativa de alta complexidade, invertendo a lógica do fluxo cultural

unilateral. Trata-se de uma reconfiguração intercultural, onde os saberes tradicionais fundamentam novas linguagens e narrativas digitais.

Nesse ambiente, a análise também evidencia que o processo de tessitura digital não é linear e enfrenta obstáculos consideráveis que demandam atenção e políticas específicas. A infraestrutura precária – com falta crônica de energia elétrica estável, internet de qualidade e equipamentos adequados em muitas aldeias – constitui uma barreira material concretíssima que pode aprofundar desigualdades. A formação de professores revela-se uma necessidade premente, não se restringindo a um treinamento técnico, mas exigindo uma formação continuada crítica, que capacite os educadores indígenas a serem mediadores pedagógicos reflexivos, capazes de selecionar, adaptar e criar com as TDICs a partir de seus referenciais culturais.

Para além dos aspectos materiais e formativos, emergem precauções de ordem ética e cultural. O risco de apropriação indevida paira sobre os conhecimentos sagrados; uma vez digitalizados, podem escapar do controle comunitário e ser comercializados ou usados de forma distorcida, exigindo protocolos comunitários de compartilhamento e direitos autorais coletivos. Por fim, o conflito geracional potencial é uma nuance delicada: a valorização excessiva ou acrítica do "novo" digital pode, em alguns contextos, criar tensões com os guardiões dos saberes tradicionais orais, percebidos como fundamento da identidade. O equilíbrio, portanto, reside em um diálogo constante que posicione a tecnologia não como substituta, mas como ferramenta de servidão e amplificação da voz, da memória e dos projetos de futuro dos povos indígenas. A maloca digital, para se sustentar, deve ter suas estacas fincadas no chão firme da autonomia e do protagonismo comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das tecnologias digitais na Educação Escolar Indígena não é uma questão sobre ser "a favor" ou "contra" o progresso tecnológico. É, antes, uma questão política e pedagógica sobre autodeterminação e projeto de futuro na visão da comunidade indígena. Os projetos pedagógicos são o fio condutor que pode evitar o uso acrítico e decorativo das TDICs. Quando uma comunidade decide usar um drone para filmar seu território, ou um software para catalogar suas plantas medicinais, ela

está praticando uma interculturalidade ativa, selecionando ferramentas do mundo globalizado para servir a objetivos locais específicos. As comunidades indígenas ainda enfrentam dificuldades e desafios na criação de um espaço eletrônico virtual que reflita seus interesses, demandas e aspirações; A máxima de que devemos usar a tecnologia a nosso favor e não a favor da tecnologia é necessária no universo do uso das TDIC's na Educação Escolar Indígena.

Segundo Del Álamo (2000, p. 4), o principal “desafio reside no diálogo, na negociação com as manifestações de poder que, intencionalmente ou não, podem levar a excluir os indígenas da informação, o que resulta fundamental no mundo globalizado”. Assim, será chave para os povos indígenas um uso adequado das novas tecnologias de acordo com interesses de cada comunidade; aquisição de recursos para TICDs; capacitação para a produção de conteúdo; administração dos recursos tecnológicos e uso equitativo e coletivo; criação de software em idiomas indígenas, dentre outros.

Na visão do estudo bibliográfico, abrange-se que as pesquisas relacionadas à temática educação escolar indígena e o uso das TICD's, ainda são incipientes no meio científico, devendo ser incentivadas para a realização de reflexões mais profundas sobre as possibilidades e/ou desafios do uso das tecnologias no ambiente escolar indígena.

As tecnologias digitais, portanto, não substituem os saberes tradicionais, os rituais ou a oralidade. Elas podem, se manejadas com cuidado ético e criatividade pedagógica, funcionar como novas ferramentas de registro, amplificação e diálogo. Para isso, é imprescindível que as políticas públicas de EEI superem a visão meramente distributiva de equipamentos e invistam massivamente em infraestrutura de conectividade com gestão comunitária; em programas de formação docente em

tecnologia e interculturalidade; e no apoio a projetos pedagógicos desenhados e avaliados pelas próprias comunidades indígenas.

Se você, assim como nós, entende que o acesso à tecnologia como um caminho democrático para todos os povos, de todas as partes e cores, fique por dentro das leis que defendem os interesses das comunidades originárias e pressione os parlamentares que defendem suas causas. Levar conexão para áreas remotas é sempre complexo, mas passa, antes de tudo, por regulamentações de antenas e pontos de instalação que requerem apoio político. Sem esse apoio, essa realidade poderá se estender e custar caro demais para todo o país.

A "maloca digital" que se vislumbra não é feita de bytes desconectados, mas de redes de significado. Nela, o fio da tradição e o fio da inovação são entrelaçados pelas mãos dos povos indígenas, tecendo, na tela do computador e no chão da aldeia, os caminhos de sua plena existência espiritual e terrena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, T. L. V. **Educação escolar indígena e tecnologias**

digitais: processos de autoria e protagonismo docente. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Del Álamo, Ó. (2000). **Indígenas en la red.** DHIAL, 14. 16.

Del Álamo, Ó. (2003). **Informe final II Encuentro sobre Conectividad y Poblaciones Indígenas en Ottawa.** Redes para el Desarrollo, 43.

FEITOSA, L. **As TIC's e a educação escolar indígena: possibilidades e desafios.**

Revista Humanidades e Inovação, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 88-96, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/389>. Acesso em: 03 abr. 2025.

HILLESHEIM, B., BERNARDES, A. G. (2014). **Território e nomadismo: a saúde em questão.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, 66 (3), 47-58. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300005&lng=pt&nrm=iso%20Acesso%20em%20%2030/12/2023 .

Acesso em 15 nov. 2025.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Papirus, 2012.

MAHER, T. M. **Formações de professores indígenas: uma discussão introdutória.** In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de**

professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 11-37.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol8profind.pdf>. Acesso em 14 dez. 2025.

PINTO, A. A. **O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: antecedentes, experiências e desafios.** Anuario Electronico de Estudios en Comunicacion Social "Disertaciones", [S. l.], v. 11, n. 2, p. 104-127, 2018. DOI:

<http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.5715>. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5115/511555883007/511555883007.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.** Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012.

URQUIZA, A. H. A. **A educação indígena e a perspectiva da diversidade.** Contrapontos, Florianópolis, v.11, n. 03, p. 336-348, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/2937/2033> . Acesso em: 26 ago. 2025.